

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

PEDAGOGIA ONLINE

**PROJETO INTEGRADO
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP/ POÇOS DE CALDAS, MG
FEVEREIRO, 2022

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

PEDAGOGIA ONLINE

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

- Libras– Profª Esp. Levínia R N Pacobello
- Fundamentos da Educação Especial e Práticas Inclusivas – Profª Me. Mariângela L Jacomini

Estudantes:

Gizeli Alves Tavares, RA 1012019100058

Joelma Aparecida Batista Lopes, RA 1012019100193

Natacha Domingues Finazzi, RA 1012019200173

Tamara Manoela Schiavo Oliveira, RA 1012019100468

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP/ POÇOS DE CALDAS, MG
ABRIL, 2022

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	OBJETIVOS	5
3	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	6
4	CONCLUSÃO	13
	REFERÊNCIAS	14

1 INTRODUÇÃO

No decorrer de todos os momentos históricos, da civilização mais arcaica até bem recentemente, há registros de condutas excludentes e exterminadoras de pessoas com deficiência. Esses indivíduos foram eliminados por meio de assassinatos, abandonados sem qualquer cuidado, encarcerados e expostos a experimentos e pesquisas desumanas — como visto em relatos da Segunda Guerra Mundial (LORENTZ, 2006).

Reconhecer toda conquista histórica, valorizar todos os estudos e pesquisas relacionadas a esse público é dever de quem escolheu ser professor.

A educação tem-se transformado ao longo dos tempos na busca oferecer acesso a todos, promover desenvolvimento integral para os alunos em suas várias etapas de aprendizado, com isso traz consigo vários desafios, um deles é a inclusão das pessoas com deficiência, onde a educação busca um ensino de igualdade e oportunidade para todos.

Será abordado no desenvolvimento algumas das dificuldades tanto dos docentes quanto dos alunos em engajar essa nova etapa nas escolas tradicionais, quais as ferramentas podem ser usadas para atingir esse propósito, quais os projetos a serem adotados para um ensino inclusivo sólido. Inclusive será mencionado também, as leis que protegem, dão direitos e norteiam como deve ser promovido o ensino a esses alunos.

2 OBJETIVOS

- Conhecer os direitos
- Mencionar os deveres do educador
- Inspirar novas práticas pedagógicas
- Incentivar mudança de comportamento

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A construção de uma trajetória de exclusão para a inclusão é um processo que se dá principalmente por meio da educação, de uma educação para a inclusão. Desse modo, é importante conhecer a deficiência ao longo do tempo e da história, especialmente no que concerne ao desenvolvimento de práticas inclusivas.

Conforme indica Lorentz (2006), a educação especial começou a ser esboçada por meio do assistencialismo de clínicas e locais para o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Nesses espaços, priorizava-se a necessidade de ajustar, moldar, condicionar e, ainda, almejar a cura das pessoas com deficiência, para somente depois inseri-lo na sociedade. Compreendia-se, nessa época, que era preciso condicionar a pessoa com deficiência para o convívio social, para numa fase posterior, permitir o seu convívio com a sociedade.

A década de 1980 foi um marco importante para as pessoas com deficiência, em especial para a construção de considerações relacionadas à sua educação. O ano de 1981 foi declarado como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (como era denominada a pessoa com deficiência nessa época) e deu-se o primeiro passo para efetivação dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Esse fato produziu nas pessoas com deficiência consciência de si e de suas condições e potencialidades, possibilitando, a partir disso, uma organização política (FIGUEIRA, 2008). Em 1986 foram chamadas de “especiais”, conforme Bueno (1993) por conta desse sentido, e a partir dessa apropriação das pessoas com deficiência, a sociedade passou a desenvolver a sua aceitação e respeito, buscando superar a ideia de exclusão à inclusão. Aos poucos, de acordo com crescente interesse de diversos estudiosos para a construção de teorias da educação e a consciência de uma impossibilidade de cura para muitas deficiências, foi se potencializando a necessidade de abertura de oportunidades para as pessoas com deficiência, para a construção de seus direitos basilares a partir de seus próprios discursos. Dessa maneira, a tolerância à pessoa com deficiência também foi consubstanciada na proteção e no paternalismo da sociedade em relação esse grupo de pessoas, por meio de declarações como a de Salamanca, em 1994, sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, e as convenções internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1996 e 1997. Em essência, as lutas pelos direitos das pessoas com

deficiência implicaram fortemente na construção e no delineamento da educação especial. Contudo, apesar de todo o embasamento legislativo e da conquista dos direitos das pessoas com deficiência, ainda se contemplava a ideia de que era a pessoa com deficiência que precisava se adaptar à sociedade, e não a sociedade que lhe propiciaria meios de acessibilidade (PIOVESAN, 2012). Assim, as pessoas com deficiência foram percebidas como pessoas, na história bem recente, ao fim do século XX e início do século XXI. Porém, ainda são pouco escutadas e contempladas de acordo com as suas singularidades, sendo muitas vezes encaixadas em códigos que só visualizam a doença, beirando a negação da existência de uma pessoa única e pluralizada em sua subjetividade (SAVIANI, 1992).

Conforme norteia a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA de 1994 e segundo MENEZES SANTOS (2001), será mencionado abaixo os pontos que devem nortear para que ocorra uma educação inclusiva.

* Toda criança tem direito fundamental à educação e lhe deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.

* Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.

* Sistemas educacionais devem ser designados e programas educacionais devem ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.

* Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve acomodá-los em uma pedagogia centrada na criança capaz de satisfazer a tais necessidades.

* Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias. Assim, é possível criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade inclusiva e alcançar a educação para todos. Além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A política marca um novo conceito em educação inclusiva, dando origem a novas práticas pedagógicas destinadas a atender as particularidades dos alunos que são seu público-alvo e a garantir o direito à educação para todos. Aponta para a necessidade de alterar a predominância cultura escolar e a possibilidade de reformular seus princípios e práticas

escolares. Essa questão ajuda a compreender a escola e sua ligação com a educação inclusiva e seus serviços, em especial a Assistência Educacional Profissional - AEE. Nas Salas de Recursos Multifuncionais, são atendidos alunos da educação especial, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008 determina. A matrícula no ensino regular é condição para matricular-se no AEE. Com atendimento oferecido em Centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou privada, sem fins lucrativos. Estes centros necessitam estar de acordo com as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (MEC/SEESP, 2009). Porém dá-se a preferência do atendimento ser feito na escola comum, conforme está definido no texto constitucional de 1988 e foi reafirmada pela Política, existem razões para que esse atendimento ocorra na escola comum, e o motivo principal do AEE ser realizado na própria escola do aluno está na possibilidade de que suas necessidades educacionais específicas possam ser atendidas e discutidas no dia a dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular e/ou na educação especial, aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos.

Um dos avanços trazidos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é o Atendimento Educacional Especializado - AEE, esse serviço da educação especial tem o propósito de identificar, elaborar, organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, minimizando as dificuldades encontradas, para que haja a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2008). O AEE visa a autonomia do aluno na escola e fora dela também, por isso complementa e/ou suplementa a formação do aluno, que é oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. Como é realizado, de preferência nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais, este deve ser parte integrante do projeto político pedagógico da escola.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) baseia-se na filosofia escolar de que todo aluno tem potencial para aprender, construindo conhecimento sem resistência ou resistente de acordo com suas capacidades e habilidades .

Compreender a educação inclusiva nessa perspectiva está relacionado às concepções e práticas da escola comum que alteram a lógica do processo de escolarização, sua organização e as regulamentações dos saberes que são objeto da educação formal.

Como uma educação que não pode substituir alunos com deficiências, deficiências globais de desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotados, essa educação pressupõe que as escolas não excluem alunos que não se encaixam na imagem idealizada do sistema.

A educação inclusiva permeia todos os níveis, etapas e outras modalidades de ensino, ao invés de substituí-los, proporcionando aos alunos serviços, recursos e estratégias de acessibilidade ao meio ambiente e ao conhecimento escolar. Nesse contexto, deixa de ser um sistema de ensino paralelo com níveis e estágios próprios.

A inclusão quebra o paradigma que sustenta o conservadorismo escolar e desafia o sistema educacional. Questiona o estabelecimento de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e alunos que optam por frequentar a escola, levando à identidade e diferença, inserção e/ou exclusão.

A educação inclusiva vê a escola como um espaço compartilhado onde os alunos constroem conhecimentos de acordo com suas habilidades, expressam livremente suas ideias, participam ativamente das tarefas docentes e se desenvolvem como cidadãos através das diferenças. A inclusão escolar exige que todos os alunos tenham acesso à escola sem quaisquer condições que limitem seu direito à participação ativa.

A LDB 9394/96 traz, na forma da lei, as metas e as propostas estabelecidas na Declaração de Salamanca como substrato para a implantação de políticas públicas, investimentos em educação inclusiva e para a formação dos profissionais da área da educação inclusiva, assim como orientações a respeito das práticas pedagógicas.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, publicada pela Secretaria de Educação Especial - SEESP/MEC, em abril de 2009, o Projeto Político Pedagógico da Escola deve contemplar o AEE como uma das dimensões da escola das diferenças. Nesse sentido, é preciso planejar, organizar, executar e acompanhar os objetivos, metas e ações traçadas, em articulação com as demais propostas da escola comum. A democracia se exercita e toma

forma nas decisões conjuntas do coletivo da escola e se reflete nas iniciativas da equipe escolar.

Para atender a todos e melhor, será necessário alterações do modelo atual de escola, com isso exigirá mudanças e trabalho em muitas frentes. Cada escola terá de encontrar soluções próprias para os seus problemas, uma vez que cada indivíduo terá sua particularidade. No seu Projeto Político Pedagógico - PPP devem constar as mudanças necessárias que farão parte da vontade política do coletivo da escola, estas devem estar explicitadas e serem vivenciadas a partir de uma gestão escolar democrática. Situações isoladas não são suficientes para definir a inclusão como opção de todos os membros da escola é necessário configurar o perfil da instituição e os desafios das mudanças devem ser assumidos e decididos pelo coletivo escolar.

A organização de uma sala de aula é atravessada por decisões da escola que afetam os processos de ensino e de aprendizagem. Os horários e rotinas escolares não dependem apenas de uma única sala de aula; o uso dos espaços da escola para atividades a serem realizadas fora da classe precisa ser combinado e sistematizado para o bom aproveitamento de todos; as horas de estudo dos professores devem coincidir para que a formação continuada seja uma aprendizagem colaborativa; a organização do trabalho em conjunto da escola, família e Atendimento Educacional Especializado - AEE.

O PPP deve prever ações de acompanhamento e articulação entre o trabalho do professor do AEE e os professores das salas comuns, ações de monitoramento da produção de materiais didáticos especializados, bem como recursos necessários para a confecção destes. Além das condições para manter, melhorar e ampliar o espaço das salas de recursos multifuncionais, inclui-se no PPP a previsão de outros tipos de recursos, equipamentos e suportes que forem indicados pelo professor do AEE ao aluno.

O PPP de uma escola considera seus alunos, professores, especialistas, funcionários e gestores, as necessidades existentes, buscar meios para o atendimento dessa demanda, a partir dos objetivos e metas a serem atingidas. Ele o PPP definirá os fundamentos da estrutura escolar e deve ser coerente com os propósitos de uma educação que acolha as diferenças.

É possível citar exemplos e lembrar que atitudes ainda que pareçam simples podem alcançar grandes resultados, um aluno com dificuldade em movimento de pinça e coordenação motora fina, sendo capaz de executar movimentos com a mão mais fechada, é

possível adaptar os utensílios de alimentação tornando os cabos mais grossos com uso de fitas adesivas e retalhos de EVA, isso também pode acontecer com os lápis e canetas, assim permitir esse aluno ter autonomia ao se alimentar e fazer uso do material escolar. Outro exemplo que é verídico que será mencionado, é o de uma criança com atraso cognitivo, não fala só balbucia alguns sons, porém ouve demonstra prazer pela música e pela dança, essa criança pertence a turma de maternal 2 que, ao longo do ano construíram um caderno de músicas que relacionava imagens confeccionadas pelos alunos às músicas cantadas diariamente, ao fim do projeto o caderno iria ser levado para casa e oportunizar momentos de interação entre família e criança, para esse aluno com deficiência não seria possível estabelecer relação com a família, porém focou-se nos pontos de aprendizado, pois ouvia e sentia prazer na música, então, o educador gravou áudios de cada colega de turma cantando as músicas do caderno e foi passado para um CD e colocado na ordem de cada atividade construída por eles, para os pais ouvirem com ele e verem as imagens juntos.

Com isso reafirmamos os professores precisavam ser proativos, planejando a sala de aula, ou seja, os espaços de aprendizagem, fornecendo materiais, arranjando o equipamento e os assentos, garantindo uma interação face a face, etc. Para aplicar tudo o que sabe sobre inclusão e alcançar resultados, o professor deverá fazer adaptações concretas, considerando o real contexto de sua sala de aula. Sugere-se três passos de inclusão para nortear o professor quanto ao aluno:

1- Diagnosticar: fazer uma sondagem, dando destaque às possibilidades de aprendizagem do aluno com deficiência, se aconselhar com os especialistas, dar ênfase no em potencialidades e não na deficiência.

2- Flexibilizar: fazer adaptações com base no contexto real da sala de aula, utilizar de recursos, sonoros, visuais, tecnológicos...

3- Avaliar: determinar com a ajuda de profissional de apoio, gestão pedagógica metas e objetivos de aprendizagem, depois adapte suas expectativas de resultados, para a potencialidade de cada aluno.

A prática inclusiva em sala de aula precisa ser influenciada por considerações curriculares e fatores organizacionais. Adaptações são feitas em níveis curriculares, assim como em métodos de trabalho, material e outras condições ambientais. De acordo com isso,

as dificuldades de aprendizagem seriam em termos de currículo – ou de ensino, em vez de problemas inerentes ao aluno.

A prática inclusiva em sala de aula objetiva promover a formação de relacionamentos, um ambiente afetuoso e atencioso; promove ainda igualdade, a possibilidade de apoio permanente e grandes expectativas no nível cognitivo, social e emocional. Os planos individuais para os alunos são considerados positivos apenas se envolverem grandes expectativas e abordarem o contexto da sala de aula comum (José Pacheco). Para manter e melhorar a atmosfera social dentro da sala de aula, é necessário planejar atividades. Reuniões formais frequentes e regulares, preferencialmente presididas pelos alunos, parecem ser bastante produtivas. Em tais reuniões, os alunos falam sobre sua vida diária na escola. Uma “caixa dos segredos” também pode ser útil. A participação de todos os alunos na comunidade da sala de aula é vista como sendo de alta importância. Para evitar uma atitude passiva e falta de iniciativa de alguns alunos em interações sociais, os professores devem tomar medidas baseadas na construção de planos formais para melhorar o crescimento social positivo de cada aluno.

O professor exerce um papel fundamental e de grande influência no ambiente escolar, portanto se o sistema não está funcionando, começar as mudanças em si e no ambiente em que atua é o primeiro passo para a conquista. Influenciar os que estão ao seu entorno com atitudes positivas e efetivas, com certeza vão gerar resultados. De maneira negativa também, pois, é possível saber através da história que muitos alunos foram expostos a situações brutais e muitos estavam envolvidos nisso. Em qual lado da história os educadores atuais, providos de estudos, recursos e tantos outros meios querem estar? Dos que nada fizeram, ou daqueles que inspiraram a mudança de toda uma sociedade.

3 CONCLUSÃO

É importante entender que as leis para a educação especial são de extrema importância e estão sujeitas a alterações, conforme o passar dos anos e mudança de mentalidade do Estado e da sociedade. Porém, nem todos os dispositivos dispostos nas leis são cumpridos na prática pelas escolas, faculdades e até mesmo pela sociedade, seja por falta de estrutura, verba ou conhecimento teórico sobre a questão.

A escola regular se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, elas dependem de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

A prática inclusiva em sala de aula objetiva promover a formação de relacionamentos, um ambiente afetuoso e atencioso; promove ainda igualdade, a possibilidade de apoio permanente e grandes expectativas no nível cognitivo, social e emocional. Um ensino para todos os alunos há que se distinguir pela sua qualidade. O desafio de fazê-lo acontecer nas salas de aulas é uma tarefa a ser assumida por todos os que compõem um sistema educacional. Um ensino de qualidade provém de iniciativas que envolvem professores, gestores, especialistas, pais e alunos e outros profissionais que compõem uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construída por cada uma delas, segundo as suas peculiaridades.

REFERÊNCIAS

DIVERSA ORG. BR. **Um histórico e as dimensões da educação inclusiva**. Por Liliane Garcez. Disponível em:
<https://diversa.org.br/artigos/um-historico-e-as-dimensoes-da-educacao-inclusiva>. Acesso em 27/03/2022.

FIGUEIRA, E. **Caminhando no silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz, 2008.

IMAGINIE EDUCAÇÃO. **Conheça os fundamentos e princípios da educação inclusiva**. Por Yasmin Diniz. Disponível em:
<https://educacao.imagineie.com.br/fundamentos-e-principios-da-educacao-inclusiva/>. Acesso em 27/03/2022.

INSTITUTO PARADIGMA. **Educação inclusiva**. Disponível em:
<https://iparadigma.org.br/wp-content/uploads/Ed-inclusiva-85.pdf>. Acesso em 28/03/22.

LORENTZ, L. N. **A norma da igualdade e o trabalho das pessoas com deficiência**. São Paulo: LTr, 2006.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996
Pacheco, José. **Educação Inclusiva I**. Porto Alegre : Artmed, 2007

P116c **Caminhos para a inclusão : um guia para o aprimoramento da equipe escolar / José Pacheco ... [et al.]**. – Porto Alegre : Artmed, 2007. 232 p. : il. ; 23 cm.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Propostas de atendimento educacional especializado**.

Disponível em:

<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/propostas-de-atendimento-educacional-especializado/43433>. Acesso em: 09/04/2022.

REINHOLD, H. H. e LIMA, R.C.C.P. **Manual UNIFEOB para Trabalhos Acadêmicos**. São João da Boa Vista-SP: Fundação de Ensino Octávio Bastos, 2014.

SEESP, MARCOS. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar - A Escola Comum Inclusiva**. Mec Fascículo.

UNIFEOB. Disponível em:

<https://unifeob.grupoeducation.com.br/plataforma/course/36901/content/385285>. Acesso em 22/03/22.

UNIFEOB. Disponível em:

<https://unifeob.grupoa.education/plataforma/course/36901/content/385294>. Acesso em 30/03/2022.

UNIFEOB. Disponível em:

<https://unifeob.grupoa.education/plataforma/course/36901/content/385303>. Acesso em 30/03/22.